

Diário eletrônico do

MPRS

www.mprs.mp.br



Porto Alegre, 9 de fevereiro de 2026.

Edição n. 4195

Nesta Edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

| | |
|----------------------|----|
| Atos Normativos..... | 2 |
| Boletins..... | 15 |

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

| | |
|---------------------------|----|
| Boletins..... | 15 |
| Avisos de Licitações..... | 15 |

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

| | |
|---------------------------|----|
| Boletins..... | 16 |
| Súmulas de Convênios..... | 16 |



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



Porto Alegre, 9 de fevereiro de 2026.

Edição n. 4195

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**PROVIMENTO N.º 5/2026-PGJ**

Altera o Provimento nº 30/2018 – PGJ, que dispõe sobre os deslocamentos efetuados por membros e servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul em virtude de serviço e sobre o ressarcimento dos gastos decorrentes, no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ, no uso das atribuições legais que lhe conferem o art. 109, inciso I, da Constituição do Estado, e o art. 25, inciso LII, da Lei Estadual n. 7.669, de 17 de junho de 1982,

RESOLVE editar o seguinte, tendo em vista o PGEA 00598.000.001/2026, **PROVIMENTO**:

Art. 1.º Altera o *caput* do art. 24 do Provimento n.º 30/2018 - PGJ, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 24. A Secretaria da Direção-Geral providenciará a reserva das passagens aéreas, a partir das informações constantes da solicitação do SIM/SID, utilizando, pela ordem, critérios que objetivem a aquisição mais vantajosa.”

Art. 2.º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 6 de fevereiro de 2026.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

JOÃO RICARDO SANTOS TAVARES,
Promotor de Justiça,
Secretário-Geral.

PROVIMENTO N.º 6/2026-PGJ

Disciplina os atos administrativos necessários para avaliação e decisão sobre a incorporação de veículos apreendidos à frota Ministério Público do Rio Grande do Sul, no bojo do Projeto Recupera.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ, no uso das atribuições legais que lhe conferem o art. 109, inciso I, da Constituição do Estado, e o art. 25, inciso LII, da Lei Estadual n. 7.669, de 17 de junho de 1982,

CONSIDERANDO que o art. 133-A do Código de Processo Penal autoriza a utilização provisória de bens apreendidos em medida assecratória no curso de processo ou investigação criminal, demonstrado o interesse público, por órgão de segurança pública ou por demais órgãos públicos;

CONSIDERANDO que a utilização de veículos apreendidos pela instituição está alinhada com a visão estratégica do Ministério Público, que visa promover justiça e segurança por meio de ações eficazes e coordenadas, bem como recuperar para o Estado ativos financeiros, bens móveis e imóveis relacionados a criminalidade, especialmente decorrentes de lavagem de dinheiro;

CONSIDERANDO que o Projeto Recupera visa beneficiar tanto a segurança pública, quanto a administração financeira do Estado, assegurando verba extraorçamentária ao Ministério Público, com destinação dos valores a fundo específico para o reaparelhamento da Instituição, quando decorrente de crime de lavagem dinheiro;

RESOLVE editar, tendo em vista o que consta no PGEA n.º 02410.000.006/2025, o seguinte **PROVIMENTO**:

Art. 1.º Fica instituído o Projeto Recupera, com a finalidade de normatizar os procedimentos necessários para avaliação e decisão sobre a incorporação de veículos apreendidos à frota Ministério Público do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Em apreensões de veículos terrestres, o órgão do Ministério Público responsável pelo procedimento, excetuados os casos do art. 4.º deste Provimento, encaminhará PGEA à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, para avaliar a conveniência e oportunidade de inclusão do bem apreendido no Projeto Recupera.

Art. 3.º A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos encaminhará o PGEA à Direção-Geral, que provocará a Unidade de Transporte para elaboração de relatório, que deverá conter:

I – avaliação do veículo;

II – despesas com vistoria de avaliação;

III – despesas para viabilizar o deslocamento e recebimento do veículo;

IV – despesas associadas ao uso, como, por exemplo, com seguro, tag de pedágio, cartão combustível, manutenção, instalação Kit acuidade visual, taxas para regularização e entrega;





Porto Alegre, 9 de fevereiro de 2026.

Edição n. 4195

V – impacto das despesas nos contratos existentes e eventual necessidade de aditivos;
VI – área e/ou local em que o veículo será utilizado e/ou guardado.

§ 1.º A Unidade de Transporte poderá realizar a vistoria do veículo no local em que estiver depositado caso considere fundamental para emissão do Relatório.

§ 2.º O PGEA com o relatório concluído será enviado ao Diretor-Geral para avaliação da repercussão orçamentária e financeira.

Art. 4.º Não serão incorporados à frota do Ministério Público veículos:

- I – fabricados há mais de cinco anos ou com mais de 100.000km (cem mil quilômetros), se movidos a gasolina;
- II – fabricados há mais de oito anos ou 175.000km (cento e setenta e cinco mil quilômetros), quando movidos a diesel;
- III – esportivos ou de competição;
- IV – de duas rodas, como motocicletas, motonetas e ciclomotores;
- V – que tenham risco de devolução iminente.

Parágrafo único. Em casos excepcionais, por solicitação do Coordenador do GAECO ou do Diretor-Geral, avaliar-se-á a incorporação de veículo descrito no *caput* à frota do Ministério Público.

Art. 5.º O Diretor-Geral encaminhará o expediente contendo informação sobre:

- I - o impacto do eventual uso do veículo no planejamento orçamentário e financeiro da Instituição;
- II - capacidade de financiamento das despesas com as receitas decorrentes do projeto Recupera já revertidas ao Fundo de Reaparelhamento do Ministério Público;
- III – atendimento aos limites estabelecidos para frota de veículos decorrentes do Projeto Recupera.

Art. 6.º A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos deliberará sobre o pedido de uso e enviará o PGEA à Coordenadoria do GAECO, que procederá da seguinte forma:

- I – caso tenha sido negado o uso provisório pelo Ministério Público, destinará o veículo para uso provisório por outros órgãos ou alienação antecipada;
- II – caso tenha sido autorizado o uso provisório, encaminhará o PGEA à Secretaria Executiva do GAECO para intermediar e operacionalizar o pedido judicial.

Parágrafo único. Após a decisão judicial favorável ao uso provisório pelo Ministério Público, a Secretaria Executiva do GAECO encaminhará o PGEA à Unidade de Transportes.

Art. 7.º A Unidade de Transportes encaminhará o veículo ao CRVA para vistoria oficial, expedição de CRVL e confecção de placas.

Parágrafo único. As taxas serão custeadas pelo Fundo de Reaparelhamento do Ministério Público.

Art. 8.º A Unidade de Transportes, após a regularização, providenciará:

- I – registro patrimonial e tombamento do veículo, incorporando-o à frota;
- II – inclusão do veículo no contrato de manutenção;
- III – seguro;
- IV - *tag* de pedágio;
- V - cartão combustível;
- VI - instalação de kit acuidade visual, se necessário.

Parágrafo único. Concluídas as providências de regularização e incorporação, certificará nos autos do PGEA a finalização dos atos administrativos e encaminhará o procedimento à Coordenadoria do GAECO, realizando na sequência a entrega do veículo.

Art. 9.º Anualmente, a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos publicará Ordem de Serviço que dimensionará a frota de veículos do Ministério Público incorporados na forma deste Provimento.

Art. 10. Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 6 de fevereiro de 2026.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

JOÃO RICARDO SANTOS TAVARES,
Promotor de Justiça,
Secretário-Geral.



Porto Alegre, 9 de fevereiro de 2026.

Edição n. 4195

PORTARIA Nº 35/2026/GABPGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ, no uso de suas atribuições legais, DESIGNA os abaixo relacionados para as funções de Coordenação-Geral da Equipe de Fiscalização, Coordenação de Fiscalização, Auxiliares de Coordenação, Fiscalização de Sala e Serviços Auxiliares de Fiscalização na realização das Provas Discursivas do 51º Concurso para Ingresso à Carreira do Ministério Público (Edital Nº 110/2025).

Coordenação-Geral da Equipe de Fiscalização: CHARLES MASIERO-3436926; HERIBERTO ROOS MACIEL-3425312; ISABEL GUARISE BARRIOS-3430944; JAQUELINE FERREIRA DE LIMA-3429946; JOSIANE SUPERTI BRASIL CAMEJO-3341429; LEONARDO LOCATELI ROSA-3444597; LÍVIA MARTINEWSKI DREHER-3438104; UMBERTO GUARISE SILVA-3544443.

Coordenação de Fiscalização: MARIANA ALLENDE CORRÊA – 3854493.

Auxiliares de Coordenação: GEVERSON APARICIO FERRARI-2427982; ISABEL PERTILE AMARO DA SILVEIRA-14956853; PATRICIA ENTRUDO PINTO BONUGLI- 14958570; ROBERTO DA ROSA BENITES-14185202; RODRIGO COLLARES DUARTE-3871568; TAÍS DAL MOLIN-5097134; TIAGO CARDOSO-14959852.

Fiscalização de Sala: ADRIANA RITTA GARCIA FREITAS-14035758; ALEX FABIANI MARTINS DE SOUZA-14950146; ALINE KUNZLER MAGNUS-14961601; ANA CARLA DECZKA MORSCH-13108042; ANA PAULA FARENZENA FELIN-3439194; ANDRÉA ALONSO TAVARES-14955334; ANDRÉIA CARDOSO BARTH-14955156; ANDREIA RATZKOWSKI-4537025; ANELISE OLIVEIRA GONÇALVES-14960508; ANELISE VOLKWEIS-13105361; ÂNGELA SZELBRACIKOWSKI-14973553; ARLI DE OLIVEIRA RUBIM-14963590; BRUNO DO VALLE BRICK-4822382; BRUNO FONSECA DE GAY- 4257642; DENISE DINIZ DE CASTRO-14968479; EDGAR ABRAHÃO PEREIRA-14960699; ERICA RODRIGUES PANZIERA-14968070; FABIANE AMARAL DE SOUZA-3518469; FERNANDA GOULART DE GOULART RODRIGUES-14957728; FERNANDA LERMEN BOHN-3801454; FERNANDA MACHADO DE OLIVEIRA-3438570; GABRIELA ZENI- 4260503; GASPAS MARTINS BRUM CORRÊA-33156840; HANDRIA CECATO DAL LAGO-4488083; HENRIQUE DE SOUZA CAMILLO-5125111; IDÉSIO HECK-12747580; JULIANA PEDROSO JAVIMCZIK-4201116; KAREN OLSON MELO BLANCO-14954710; KATHERINE D'AGOSTINI YANEZ-3967727; LAURA LUÍSA SCHOEPPF-5087260; LAURA SCHNORRENBERGER-3451771; LELIS NASCIMENTO-4382498; LISANDRA PEREIRA VIEIRA-14960559; LUCAS BELMONTE MELLO-14965003; LUCAS LUIS DA SILVA- 4250486; LÚCIA JANETE CAMINSKI-14035740; LUCIANA BAGGIO BORTOLOTO-14953102; LUCIANE PEREIRA VIEIRA-13470094; MANIR TLAJIA JÚNIOR-14961091; MARIANA GRASS XAVIER-14968746; MARISA VILLA-3612724; MARTA ELISA NICHEL- 3544370; MIRIAM AMENA BORGES MATTAR-14971704; PATRÍCIA DISEGNA-14960800; PAULA LUCIANE ROESE SANFELICE-14957825; PEDRO ARTHUR DE OLIVEIRA MÜLLER MONTEIRO-4938771; PRISCILLA COSTA ALVES-14969351; RAÍSSA MONTEIRO BÜLOW- 4481755; RENATA MIGUEL EHLERS SANCHES-14965330; SHAIANA DA SILVA KRUMENAUER SCHMIDT-14966360; TAYNÁ PASTORINO NEVES DE OLIVEIRA-4703774; ZILÁ FERRAZ DE MORAES-14966166.

Serviços Auxiliares de Fiscalização: ADRIANO DE CASTRO SILVEIRA-3437264; EMERSON LUIS DORNELLES GIL-5047285; FERNANDA SCHNEIDER MUMBACH- 2458292; JANELISE CRISTINE CÔRTEZ ANHAIA-3969398; JESSE JAMES DOS SANTOS JÚNIOR-14973189; LETÍCIA DA SILVA PALHANO-14965429; LUCIANDRO ARAUJO CAETANO DA LUZ-3663698; MAURICIO CARNIEL-5134200.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 6 de fevereiro de 2026.

Registre-se e publique-se.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,
Procurador-Geral de Justiça.

ATO PROVISÓRIO Nº 3/2026-PGJ

Modifica, de forma provisória, o Ato de Redistribuição n. 15/2025 - PGJ, da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen, de Entrância Intermediária.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 109, inciso I, da Constituição do Estado e o artigo 25, incisos XLV e LII, da Lei Estadual n. 7.669, de 17 de junho de 1982 e,

CONSIDERANDO o previsto no artigo 23, § 3.º, da Lei Estadual n. 7.669, de 17 de junho de 1982, que dispõe sobre a divisão interna, exclusão, inclusão ou outra modificação nas atribuições dos cargos de Promotor de Justiça das Promotorias de Justiça;

CONSIDERANDO o previsto no art. 9.º do Provimento n. 6/2021-PGJ, que dispõe sobre o Ato Provisório;

CONSIDERANDO a necessidade de modificar, por período determinado e em caráter experimental, as atribuições dos cargos de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen, de Entrância Intermediária;

CONSIDERANDO o parecer da Corregedoria-Geral do Ministério Público, expedido nos autos do PGEA 00983.002.342/2025;

RESOLVE editar o seguinte **ATO PROVISÓRIO**:

Art. 1.º As atribuições dos cargos de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen, de Entrância Intermediária, fixadas no Ato de Redistribuição n. 15/2025 - PGJ são modificadas, de forma provisória, nos seguintes termos:

| 1º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FREDERICO WESTPHALEN | | | | |
|---|-----------------------------|----------------|----------------|--------|
| Judicial | | | | |
| Unidade Jurisdicional | Competência | Classe/Assunto | Especificidade | Rateio |
| Juízo da Vara Criminal da Comarca de Frederico Westphalen | | | | |
| Juízo da Vara Criminal da Comarca de Frederico Westphalen | Tribunal do Júri | | | |
| Juízo da Vara Criminal da Comarca de Frederico Westphalen | Vara de Execuções Criminais | | | |



Porto Alegre, 9 de fevereiro de 2026.

Edição n. 4195

| | | | | |
|--|---|--|---|---------------|
| Unidades Jurisdicionais da Comarca | | | Autor - MP - Matérias Extrajudiciais do Cargo (1º Promotor) | |
| Extrajudicial | | | | |
| Área | Matéria | Classe/Assunto | Especificidade | Rateio |
| Criminal | Controle Externo da Atividade Policial | | | Pro rata |
| Criminal | Crimes da Legislação Especial Penal | | | |
| Criminal | Crimes de Organizações Criminosas e de Lavagem de Dinheiro | | | |
| Criminal | Crimes do Código Penal | | | |
| Criminal | Crimes Dolosos Contra a Vida | | | |
| Criminal | Execução Penal | | | |
| 2º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FREDERICO WESTPHALEN | | | | |
| Judicial | | | | |
| Unidade Jurisdicional | Competência | Classe/Assunto | Especificidade | Rateio |
| Juízo da Vara Adj. da Direção do Foro da Comarca de Frederico Westphalen | | | | |
| Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Frederico Westphalen | | | | |
| Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Frederico Westphalen | Juizado da Infância e Juventude | | | |
| Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Frederico Westphalen | | | | |
| Juízo da Vara Criminal da Comarca de Frederico Westphalen | Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher | | | |
| Unidades Jurisdicionais da Comarca | | Crimes contra portadores de deficiência | | |
| Unidades Jurisdicionais da Comarca | | Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente | | |
| Unidades Jurisdicionais da Comarca | | Crimes Previstos no Estatuto do Idoso | | |
| Unidades Jurisdicionais da Comarca | | | Autor - MP - Matérias Extrajudiciais do Cargo (2º Promotor) | |
| Unidades Jurisdicionais da Comarca | | | Crimes contra crianças e adolescentes | |
| Extrajudicial | | | | |
| Área | Matéria | Classe/Assunto | Especificidade | Rateio |
| Criminal | Controle Externo da Atividade Policial | | | Pro rata |
| Criminal | Crimes cometidos com Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher | | | |
| Criminal | Crimes da Legislação Especial Penal | Crime / Contravenção contra Criança / Adolescente | | |
| Criminal | Crimes da Legislação Especial Penal | Crimes contra portadores de deficiência | | |
| Criminal | Crimes da Legislação Especial Penal | Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente | | |
| Criminal | Crimes da Legislação Especial Penal | Crimes Previstos no Estatuto do Idoso | | |
| Criminal | Crimes do Código Penal | | Crimes contra crianças e adolescentes | |
| Cível | Acidentes do Trabalho com Projeção Coletiva | | | |
| Cível | Família e Sucessões | | | |
| Cível | Interesse de Incapaz | | | |
| Cível | Interesse Público ou Social | | | |
| Especializada | Criança e Adolescente | | | |
| Especializada | Idoso | | | |



Porto Alegre, 9 de fevereiro de 2026.

Edição n. 4195

| | | | | |
|---------------|--|--|--|--|
| Especializada | Pessoas com Deficiência | | | |
| Especializada | Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher | | | |

Art. 2.º Altera o Ato Provisório n.º 34/2025-PGJ, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3.º Este Ato Provisório entra em vigor a contar de 18/8/2025, com vigência até 1.º/2/2026."

Art. 3.º Este Ato Provisório entra em vigor a contar de 2/2/2026, com vigência até 1.º/2/2029.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 6 de fevereiro de 2026.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

JOÃO RICARDO SANTOS TAVARES,
Promotor de Justiça,
Secretário-Geral.

ATO PROVISÓRIO N.º 4/2026-PGJ

Modifica, de forma provisória, o Ato de Atribuições n. 102/2021 - PGJ, da Promotoria de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial de Porto Alegre, de Entrância Final.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 109, inciso I, da Constituição do Estado e o artigo 25, incisos XLV e LII, da Lei Estadual n. 7.669, de 17 de junho de 1982 e,

CONSIDERANDO o previsto no artigo 23, § 3.º, da Lei Estadual n. 7.669, de 17 de junho de 1982, que dispõe sobre a divisão interna, exclusão, inclusão ou outra modificação nas atribuições dos cargos de Promotor de Justiça das Promotorias de Justiça;

CONSIDERANDO o previsto no art. 9.º do Provimento n. 06/2021-PGJ, que dispõe sobre o Ato Provisório;

CONSIDERANDO a necessidade de modificar, por período determinado e em caráter experimental, as atribuições dos cargos de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial de Porto Alegre, de Entrância Final;

CONSIDERANDO o parecer da Corregedoria-Geral do Ministério Público, expedido nos autos do PGEA 00983.000.912/2025;

RESOLVE editar o seguinte **ATO PROVISÓRIO**:

Art. 1.º As atribuições dos cargos de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial de Porto Alegre, de Entrância Final, fixadas no Ato de Atribuições n. 102/2021 - PGJ são modificadas, de forma provisória, nos seguintes termos:

| 1º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL | | | | |
|--|--|-----------------------|--|---------------|
| Judicial | | | | |
| Unidade Jurisdicional | Competência | Classe/Assunto | Especificidade | Rateio |
| Unidades Jurisdicionais da Comarca | | | Autor - MP - Matérias Extrajudiciais do Cargo. | |
| Extrajudicial | | | | |
| Área | Matéria | Classe/Assunto | Especificidade | Rateio |
| Criminal | Controle Externo da Atividade Policial | | Apurar carências, deficiências e ilegalidades identificadas no exercício do controle externo da atividade policial. | Pro rata |
| Criminal | Controle Externo da Atividade Policial | | Apurar infrações penais cometidas por policiais civis e militares no exercício da função, ressalvada a hipótese de crimes militares. | Pro rata |
| Criminal | Controle Externo da Atividade Policial | | Apurar infrações penais decorrentes da omissão da investigação policial, inclusive quanto às perícias destinadas à sua instrução. | Pro rata |
| Criminal | Controle Externo da Atividade Policial | | Arquivar as comunicações de prisão recebidas fora de horário forense, pelos Promotores de Justiça Plantonistas da Capital. | Pro rata |
| Criminal | Controle Externo da Atividade Policial | | Atribuições previstas na Lei Complementar Estadual n. 11.578/2001 e no Provimento n. 08/2001-PGJ. | Pro rata |
| Criminal | Controle Externo da Atividade Policial | | Batalhões e Regimentos da Polícia Militar da Capital. | Pro rata |
| Criminal | Controle Externo da Atividade Policial | | Conexo com ato de improbidade administrativa e/ou lesão ao patrimônio público. | Pro rata |
| Criminal | Controle Externo da Atividade Policial | | Delegacias de Polícia Civil da Capital. | Pro rata |
| Criminal | Controle Externo da Atividade Policial | | Guarda Municipal de Porto Alegre | Pro rata |
| Criminal | Controle Externo da Atividade Policial | | Prestar atendimento às vítimas e testemunhas de infrações penais relacionadas à sua atribuição. | Pro rata |



Porto Alegre, 9 de fevereiro de 2026.

Edição n. 4195

| | | | | |
|--|--|-----------------------|--|---------------|
| Criminal | Controle Externo da Atividade Policial | | Receber e arquivar as comunicações de prisão ocorridas em horário forense, na Capital. | Pro rata |
| Criminal | Controle Externo da Atividade Policial | | Órgãos de Perícia Técnica e de Medicina Legal da Capital. | Pro rata |
| 2º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL | | | | |
| Judicial | | | | |
| Unidade Jurisdicional | Competência | Classe/Assunto | Especificidade | Rateio |
| Unidades Jurisdicionais da Comarca | | | Autor - MP - Matérias Extrajudiciais do Cargo. | |
| Extrajudicial | | | | |
| Área | Matéria | Classe/Assunto | Especificidade | Rateio |
| Criminal | Controle Externo da Atividade Policial | | Apurar carências, deficiências e ilegalidades identificadas no exercício do controle externo da atividade policial. | Pro rata |
| Criminal | Controle Externo da Atividade Policial | | Apurar infrações penais cometidas por policiais civis e militares no exercício da função, ressalvada a hipótese de crimes militares. | Pro rata |
| Criminal | Controle Externo da Atividade Policial | | Apurar infrações penais decorrentes da omissão da investigação policial, inclusive quanto às perícias destinadas à sua instrução. | Pro rata |
| Criminal | Controle Externo da Atividade Policial | | Arquivar as comunicações de prisão recebidas fora de horário forense, pelos Promotores de Justiça Plantonistas da Capital. | Pro rata |
| Criminal | Controle Externo da Atividade Policial | | Atribuições previstas na Lei Complementar Estadual n. 11.578/2001 e no Provimento n. 08/2001-PGJ. | Pro rata |
| Criminal | Controle Externo da Atividade Policial | | Batalhões e Regimentos da Polícia Militar da Capital. | Pro rata |
| Criminal | Controle Externo da Atividade Policial | | Conexo com ato de improbidade administrativa e/ou lesão ao patrimônio público. | Pro rata |
| Criminal | Controle Externo da Atividade Policial | | Delegacias de Polícia Civil da Capital. | Pro rata |
| Criminal | Controle Externo da Atividade Policial | | Guarda Municipal de Porto Alegre | Pro rata |
| Criminal | Controle Externo da Atividade Policial | | Prestar atendimento às vítimas e testemunhas de infrações penais relacionadas à sua atribuição. | Pro rata |
| Criminal | Controle Externo da Atividade Policial | | Receber e arquivar as comunicações de prisão ocorridas em horário forense, na Capital. | Pro rata |
| Criminal | Controle Externo da Atividade Policial | | Órgãos de Perícia Técnica e de Medicina Legal da Capital. | Pro rata |

Art. 2.º Este Ato Provisório entra em vigor a contar de 7/1/2026, com vigência até 30/11/2029.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 6 de fevereiro de 2026.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

JOÃO RICARDO SANTOS TAVARES,
Promotor de Justiça,
Secretário-Geral.

ATO PROVISÓRIO N.º 5/2026-PGJ

Modifica, de forma provisória, o Ato de Atribuições n. 127/2021 - PGJ, da Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul, de Entrância Inicial.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 109, inciso I, da Constituição do Estado e o artigo 25, incisos XLV e LII, da Lei Estadual n. 7.669, de 17 de junho de 1982 e,

CONSIDERANDO o previsto no artigo 23, § 3.º, da Lei Estadual n. 7.669, de 17 de junho de 1982, que dispõe sobre a divisão interna, exclusão, inclusão ou outra modificação nas atribuições dos cargos de Promotor de Justiça das Promotorias de Justiça;

CONSIDERANDO o previsto no art. 9.º do Provimento n. 6/2021-PGJ, que dispõe sobre o Ato Provisório;

CONSIDERANDO a necessidade de modificar, por período determinado e em caráter experimental, as atribuições dos cargos de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul, de Entrância Inicial;

CONSIDERANDO o parecer da Corregedoria-Geral do Ministério Público, expedido nos autos do PGEA 00983.000.111/2026;

RESOLVE editar o seguinte **ATO PROVISÓRIO**:



Porto Alegre, 9 de fevereiro de 2026.

Edição n. 4195

Art. 1.º As atribuições dos cargos de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul, de Entrância Inicial, fixadas no Ato de Atribuições n. 127/2021 - PGJ são modificadas, de forma provisória, nos seguintes termos:

| 1º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAÇAPAVA DO SUL | | | | |
|---|---|---|--|---------------|
| Judicial | | | | |
| Unidade Jurisdicional | Competência | Classe/Assunto | Especificidade | Rateio |
| Juízo da 1ª Vara Judicial da Comarca de Caçapava do Sul | | | | |
| Juízo da 1ª Vara Judicial da Comarca de Caçapava do Sul | Tribunal do Júri | | | |
| Juízo da 1ª Vara Judicial da Comarca de Caçapava do Sul | Vara de Execuções Criminais | | | |
| Juízo da 2ª Vara Judicial da Comarca de Caçapava do Sul | Juizado Especial Criminal | | | |
| Juízo da Vara Adj. da Direção do Foro da Comarca de Caçapava do Sul | | | | |
| Unidades Jurisdicionais da Comarca | | | Autor - MP - Matérias Extrajudiciais do Cargo. | |
| Extrajudicial | | | | |
| Área | Matéria | Classe/Assunto | Especificidade | Rateio |
| Criminal | Controle Externo da Atividade Policial | | | Pro rata |
| Criminal | Crimes da Legislação Especial Penal | | | Pro rata |
| Criminal | Crimes da Legislação Especial Penal | Crimes contra portadores de deficiência | | |
| Criminal | Crimes da Legislação Especial Penal | Crimes da Lei de licitações | | |
| Criminal | Crimes da Legislação Especial Penal | Crimes Previstos no Estatuto do Idoso | | |
| Criminal | Crimes de Organizações Criminosas e de Lavagem de Dinheiro | | | |
| Criminal | Crimes do Código Penal | | | Pro rata |
| Criminal | Crimes Dolosos Contra a Vida | | | |
| Criminal | Execução Penal | | | |
| Cível | Acidentes do Trabalho com Projeção Coletiva | | | Pro rata |
| Cível | Falência e Recuperação de Empresas | | | Pro rata |
| Cível | Família e Sucessões | | | Pro rata |
| Cível | Fazenda Pública | | | Pro rata |
| Cível | Interesse de Incapaz | | | Pro rata |
| Cível | Interesse Público ou Social | | | Pro rata |
| Cível | Registros Públicos | | | |
| Especializada | Direitos Constitucionais | | | |
| Especializada | Fundações | | | |
| Especializada | Idoso | | | |
| Especializada | Improbidade Administrativa | | | |
| Especializada | Ordem Jurídica e Interesses Sociais e Individuais Indisponíveis | | | |
| Especializada | Patrimônio Público | | | |
| Especializada | Pessoas com Deficiência | | | |
| Especializada | Saúde Pública | | | |
| 2º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAÇAPAVA DO SUL | | | | |
| Judicial | | | | |
| Unidade Jurisdicional | Competência | Classe/Assunto | Especificidade | Rateio |
| Juízo da 2ª Vara Judicial da Comarca de Caçapava do Sul | | | | |
| Juízo da 2ª Vara Judicial da Comarca | Violência Doméstica e Familiar Contra | | | |



Porto Alegre, 9 de fevereiro de 2026.

Edição n. 4195

| | | | | |
|---|---|--|--|---------------|
| de Caçapava do Sul | a Mulher | | | |
| Juízo da 2ª Vara Judicial da Comarca de Caçapava do Sul | Juizado da Infância e Juventude | | | |
| Unidades Jurisdicionais da Comarca | | Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético | | |
| Unidades Jurisdicionais da Comarca | | Crimes de parcelamento do solo urbano | | |
| Unidades Jurisdicionais da Comarca | | Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente | | |
| Unidades Jurisdicionais da Comarca | | | Autor - MP - Matérias Extrajudiciais do Cargo. | |
| Extrajudicial | | | | |
| Área | Matéria | Classe/Assunto | Especificidade | Rateio |
| Criminal | Controle Externo da Atividade Policial | | | Pro rata |
| Criminal | Crimes cometidos com Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher | | | |
| Criminal | Crimes da Legislação Especial Penal | | | Pro rata |
| Criminal | Crimes da Legislação Especial Penal | Crimes contra a Ordem Econômica | | |
| Criminal | Crimes da Legislação Especial Penal | Crimes contra as Relações de Consumo | | |
| Criminal | Crimes da Legislação Especial Penal | Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético | | |
| Criminal | Crimes da Legislação Especial Penal | Crimes de parcelamento do solo urbano | | |
| Criminal | Crimes da Legislação Especial Penal | Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente | | |
| Criminal | Crimes de Menor Potencial Ofensivo | | | |
| Criminal | Crimes do Código Penal | | | Pro rata |
| Cível | Acidentes do Trabalho com Projeção Coletiva | | | Pro rata |
| Cível | Falência e Recuperação de Empresas | | | Pro rata |
| Cível | Família e Sucessões | | | Pro rata |
| Cível | Fazenda Pública | | | Pro rata |
| Cível | Interesse de Incapaz | | | Pro rata |
| Cível | Interesse Público ou Social | | | Pro rata |
| Cível | Litígios Coletivos pela Posse de Terra Rural ou Urbana | | | |
| Especializada | Consumidor e Ordem Econômica | | | |
| Especializada | Criança e Adolescente | | | |
| Especializada | Educação | | Educação - Atuação local. | |
| Especializada | Habitação e Ordem Urbanística | | | |
| Especializada | Meio Ambiente | | | |
| Especializada | Patrimônio Cultural | | | |
| Especializada | Torcedor e Grandes Eventos | | | |
| Especializada | Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher | | | |

Art. 2.º Este Ato Provisório entra em vigor a contar de 1.º/3/2026, com vigência até 28/2/2029.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 6 de fevereiro de 2026.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

JOÃO RICARDO SANTOS TAVARES,
Promotor de Justiça,
Secretário-Geral.





Porto Alegre, 9 de fevereiro de 2026.

Edição n. 4195

ATO TEMPORÁRIO N.º 3/2026-PGJ

Fixa, de forma temporária, atribuições no cargo de Promotor de Justiça Substituto de Entrância Intermediária - 13, para atuação na Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen, de Entrância Intermediária.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 109, inciso I, da Constituição do Estado e o artigo 25, incisos XLV e LII, da Lei Estadual n. 7.669, de 17 de junho de 1982 e,

CONSIDERANDO o previsto no artigo 23, § 14, da Lei Estadual n. 7.669, de 17 de junho de 1982, que dispõe sobre as designações dos cargos de Promotor de Justiça Substituto de entrância e as suas atribuições;

CONSIDERANDO o previsto no art. 10 do Provimento n. 006/2021 - PGJ, que dispõe sobre o Ato Temporário;

CONSIDERANDO a necessidade de fixar, por período determinado e em caráter excepcional, as atribuições do cargo de Promotor de Justiça Substituto de Entrância Intermediária, em auxílio a cargos numerados de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen, de Entrância Intermediária.

CONSIDERANDO o parecer da Corregedoria-Geral do Ministério Público, expedido nos autos do PGEA 00983.002.343/2025;

RESOLVE editar o seguinte **ATO TEMPORÁRIO**:

Art. 1.º Fixa, de forma temporária, atribuições no cargo de Promotor de Justiça Substituto de Entrância Intermediária - 13, em auxílio aos cargos de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen, de Entrância Intermediária, nos seguintes termos:

| PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA - 13 | | | | |
|--|--|---|--|---------------|
| Judicial | | | | |
| Unidade Jurisdicional | Competência | Classe/Assunto | Especificidade | Rateio |
| Juízo da Vara Adj. da Direção do Foro da Comarca de Frederico Westphalen | | | Registros Imobiliários. | |
| Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Frederico Westphalen | | | Fazenda Pública. | |
| Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Frederico Westphalen | | | Interesses de massas falidas - Falência e Recuperação de Empresas. | |
| Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Frederico Westphalen | | | Fazenda Pública. | |
| Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Frederico Westphalen | | | Interesses de massas falidas - Falência e Recuperação de Empresas. | |
| Juízo da Vara Criminal da Comarca de Frederico Westphalen | Juizado Especial Criminal | | | |
| Unidades Jurisdicionais da Comarca | | Crimes contra a Ordem Econômica | | |
| Unidades Jurisdicionais da Comarca | | Crimes contra as Relações de Consumo | | |
| Unidades Jurisdicionais da Comarca | | Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético | | |
| Unidades Jurisdicionais da Comarca | | Crimes da Lei de licitações | | |
| Unidades Jurisdicionais da Comarca | | Crimes de parcelamento do solo urbano | | |
| Unidades Jurisdicionais da Comarca | | Crimes de Trânsito | | |
| Unidades Jurisdicionais da Comarca | | | Autor - MP - Matérias Extrajudiciais do Cargo. | |
| Unidades Jurisdicionais da Comarca | | | Crimes contra a Administração Pública | |
| Extrajudicial | | | | |
| Área | Matéria | Classe/Assunto | Especificidade | Rateio |
| Criminal | Controle Externo da Atividade Policial | | | Pro rata |
| Criminal | Crimes da Legislação Especial Penal | Crimes contra a Ordem Econômica | | |
| Criminal | Crimes da Legislação Especial Penal | Crimes contra as Relações de Consumo | | |
| Criminal | Crimes da Legislação Especial Penal | Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético | | |
| Criminal | Crimes da Legislação Especial Penal | Crimes da Lei de licitações | | |
| Criminal | Crimes da Legislação Especial Penal | Crimes de parcelamento do solo urbano | | |



Porto Alegre, 9 de fevereiro de 2026.

Edição n. 4195

| | | | | |
|---------------|---|--------------------|---------------------------------------|--|
| Criminal | Crimes da Legislação Especial Penal | Crimes de Trânsito | | |
| Criminal | Crimes de Menor Potencial Ofensivo | | | |
| Criminal | Crimes do Código Penal | | Crimes contra a Administração Pública | |
| Cível | Falência e Recuperação de Empresas | | | |
| Cível | Fazenda Pública | | | |
| Cível | Litígios Coletivos pela Posse de Terra Rural ou Urbana | | | |
| Cível | Registros Públicos | | Registros Imobiliários. | |
| Especializada | Consumidor e Ordem Econômica | | | |
| Especializada | Direitos Constitucionais | | Direitos Coletivos e Difusos. | |
| Especializada | Fundações | | | |
| Especializada | Habitação e Ordem Urbanística | | | |
| Especializada | Improbidade Administrativa | | | |
| Especializada | Meio Ambiente | | | |
| Especializada | Ordem Jurídica e Interesses Sociais e Individuais Indisponíveis | | Direitos Coletivos e Difusos. | |
| Especializada | Patrimônio Cultural | | | |
| Especializada | Patrimônio Público | | | |
| Especializada | Saúde Pública | | Direitos Coletivos e Difusos. | |
| Especializada | Torcedor e Grandes Eventos | | | |

Art. 2.º Altera o Ato Temporário n.º 16/2022-PGJ, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2.º Este Ato Temporário entra em vigor a contar de 07/01/2022, com vigência, em virtude de prorrogação, até 01/02/2026."

Art. 3.º Este Ato Temporário entra em vigor a contar de 2/2/2026, com vigência até 1.º/2/2029.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

JOÃO RICARDO SANTOS TAVARES,
Promotor de Justiça,
Secretário-Geral.

ATO N. 13/2026 - PGJ

Prorroga a vigência do Ato Temporário n. 13/2025-PGJ, que fixou, de forma temporária, atribuições no cargo de Promotor de Justiça Substituto de Entrância Final - 83, para atuação na Promotoria de Justiça de Santa Maria, de Entrância Final.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 109, inciso I, da Constituição do Estado e o art. 25, incisos XLV e LII, da Lei Estadual n. 7.669, de 17 de junho de 1982 e,

CONSIDERANDO o disposto no § 3.º do art. 10 do Provimento n. 6/2021-PGJ;

CONSIDERANDO o parecer da Corregedoria-Geral do Ministério Público, expedido nos autos do PGEA 00983.000.529/2025;

RESOLVE editar o seguinte **ATO**:

Art. 1.º Altera o Ato Temporário n. 13/2025-PGJ, para fazer constar a prorrogação da sua vigência, nos seguintes termos:

"Art. 2.º Este Ato Temporário entra em vigor a contar de 27/3/2025, com vigência, em virtude de prorrogação, até 26/3/2027."



Porto Alegre, 9 de fevereiro de 2026.

Edição n. 4195

Art. 2.º Este Ato entra em vigor a contar de sua publicação.**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 29 de janeiro de 2026.**ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ**,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

JOÃO RICARDO SANTOS TAVARES,
Promotor de Justiça,
Secretário-Geral.**ATO N. 14/2026 - PGJ**

Prorroga a vigência do Ato Temporário n. 8/2025-PGJ, que fixou, de forma temporária, as atribuições no cargo de Promotor de Justiça Substituto de Entrância Final - 92, para atuação na Promotoria de Justiça de Plantão de Porto Alegre, de Entrância Final.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 109, inciso I, da Constituição do Estado e o art. 25, incisos XLV e LII, da Lei Estadual n. 7.669, de 17 de junho de 1982 e,

CONSIDERANDO o disposto no § 3.º do art. 10 do Provimento n. 6/2021-PGJ;**CONSIDERANDO** o parecer da Corregedoria-Geral do Ministério Público, expedido nos autos do PGEA 00983.000.367/2025;**RESOLVE** editar o seguinte **ATO**:**Art. 1.º** Altera o Ato Temporário n. 8/2025-PGJ, para fazer constar a prorrogação da sua vigência, nos seguintes termos:

“Art. 3.º Este Ato Temporário entra em vigor a contar de 7/3/2025, com vigência até 6/3/2029.”

Art. 2.º Este Ato entra em vigor a contar de sua publicação.**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 29 de janeiro de 2026.**ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ**,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

JOÃO RICARDO SANTOS TAVARES,
Promotor de Justiça,
Secretário-Geral.**ATO N. 15/2026 - PGJ**

Prorroga a vigência do Ato Temporário n. 4/2024-PGJ, que fixou, de forma temporária, as atribuições aos cargos de Promotor de Justiça Substituto de Entrância Final - 22, para atuação na Promotoria de Justiça de Plantão de Porto Alegre, de Entrância Final.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 109, inciso I, da Constituição do Estado e o art. 25, incisos XLV e LII, da Lei Estadual n. 7.669, de 17 de junho de 1982 e,

CONSIDERANDO o disposto no § 3.º do art. 10 do Provimento n. 6/2021-PGJ;**CONSIDERANDO** o parecer da Corregedoria-Geral do Ministério Público, expedido nos autos do PGEA 00983.000.188/2024;**RESOLVE** editar o seguinte **ATO**:**Art. 1.º** Altera o Ato Temporário n. 4/2024-PGJ, para fazer constar a prorrogação da sua vigência, nos seguintes termos:

“Art. 3.º Este Ato Temporário entra em vigor a contar de 1.º/3/2024, com vigência, em virtude de prorrogação, até 28/2/2029.”



Porto Alegre, 9 de fevereiro de 2026.

Edição n. 4195

Art. 2.º Este Ato entra em vigor a contar de sua publicação.**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 29 de janeiro de 2026.**ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ**,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

JOÃO RICARDO SANTOS TAVARES,
Promotor de Justiça,
Secretário-Geral.**ATO N. 20/2026 – PGJ**

Prorroga a vigência do Ato Temporário n. 11/2025-PGJ, que fixou, de forma temporária, atribuições no cargo de Promotor de Justiça Substituto de Entrância Final - 87, para atuação na Promotoria de Justiça de Pelotas, de Entrância Final.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 109, inciso I, da Constituição do Estado e o art. 25, incisos XLV e LII, da Lei Estadual n. 7.669, de 17 de junho de 1982 e,**CONSIDERANDO** o disposto no § 3.º do art. 10 do Provimento n. 6/2021-PGJ;**CONSIDERANDO** o parecer da Corregedoria-Geral do Ministério Público, expedido nos autos do PGEA 00983.000.326/2025;**RESOLVE** editar o seguinte **ATO**:**Art. 1.º** Altera o Ato Temporário n. 11/2025-PGJ, para fazer constar a prorrogação da sua vigência, nos seguintes termos:

“Art. 2.º Este Ato Temporário entra em vigor a contar de 26/02/2025, com vigência até 25/02/2029.”

Art. 2.º Este Ato entra em vigor a contar de sua publicação.**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 3 de fevereiro de 2026.**ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ**,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

JOÃO RICARDO SANTOS TAVARES,
Promotor de Justiça,
Secretário-Geral.**ATO N. 21/2026 – PGJ**

Retifica o Ato de Provisório n. 56/2022 - PGJ, que modificou, de forma provisória, o Ato de Atribuições n. 146/2021-PGJ, da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul, de Entrância Intermediária.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 109, inciso I, da Constituição do Estado e o artigo 25, incisos XLV e LII, da Lei Estadual n. 7.669, de 17 de junho de 1982;**CONSIDERANDO** o parecer da Corregedoria-Geral do Ministério Público, expedido nos autos do 00983.002.126/2022,**RESOLVE** editar o seguinte **ATO**:**Art. 1.º** Retifica o quadro de atribuições do art. 1.º do Ato de Provisório n. 56/2022 - PGJ, para fazer constar nas atribuições da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul - o que segue:

| 3º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SANTA CRUZ DO SUL | | | | |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------------|---------------------------|
| Judicial | | | | |
| Unidade Jurisdicional | Competência | Classe/Assunto | Especificidade | Rateio |
| Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Santa Cruz do Sul | Juizado Especial Criminal | | | Dígito final 2,4,6,8,0 |
| Juízo da Vara de Execução Criminal Regional da Comarca de Santa Cruz do Sul | | | | Dígito final 2,4,8,0,9 |





Porto Alegre, 9 de fevereiro de 2026.

Edição n. 4195

| Extrajudicial | | | | |
|---------------|--|----------------|--|----------|
| Área | Matéria | Classe/Assunto | Especificidade | Rateio |
| Criminal | Controle Externo da Atividade Policial | | | Pro rata |
| Criminal | Crimes de Menor Potencial Ofensivo | | | Pro rata |
| Criminal | Execução Penal | | Execução Penal - Atuação Regional: VEC Santa Cruz do Sul (Arroio do Meio, Cachoeira do Sul, Candelária, Encantado, Encruzilhada do Sul, Lajeado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Sobradinho e Venâncio Aires). | |

Art. 2.º Altera o art. 2.º do Ato Provisório n.º 56/2022-PGJ, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2.º Este Ato Provisório entra em vigor a contar de 1.º/10/2022, com vigência, em virtude de prorrogação, até 6/1/2029.”

Art. 3.º Este Ato entra em vigor a contar de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 3 de fevereiro de 2026.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,
Procuradora-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

JOÃO RICARDO SANTOS TAVARES,
Promotor de Justiça,
Secretário-Geral.

ATO N. 22/2026 – PGJ

Retifica o Ato de Temporário n. 24/2022 - PGJ, que modificou, de forma temporária, atribuições em cargo de Promotor de Justiça Substituto de Entrância Intermediária, para atuação na Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul, de Entrância Intermediária.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 109, inciso I, da Constituição do Estado e o artigo 25, incisos XLV e LII, da Lei Estadual n. 7.669, de 17 de junho de 1982;

CONSIDERANDO o parecer da Corregedoria-Geral do Ministério Público, expedido nos autos do 00983.000.016/2022,

RESOLVE editar o seguinte **ATO**:

Art. 1.º Retifica o quadro de atribuições do art. 1.º do Ato de Temporário n. 24/2022 - PGJ, para fazer constar nas atribuições da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul - o que segue:

| PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DE ENTRÂNCIA FINAL - 65 | | | | |
|---|------------------------------------|----------------|----------------|---------------------------|
| Judicial | | | | |
| Unidade Jurisdicional | Competência | Classe/Assunto | Especificidade | Rateio |
| Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Santa Cruz do Sul | Juizado Especial Criminal | | | Dígito final 1,3,5,7,9 |
| Juízo da Vara de Execução Criminal Regional da Comarca de Santa Cruz do Sul | | | | Dígito final 1,3,5,6,7 |
| Extrajudicial | | | | |
| Área | Matéria | Classe/Assunto | Especificidade | Rateio |
| Criminal | Crimes de Menor Potencial Ofensivo | | | Pro rata |
| Criminal | Execução Penal | | | |

Art. 2.º Altera o art. 2.º do Ato Temporário n.º 24/2022-PGJ, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2.º Este Ato Temporário entra em vigor a contar de 7/1/2022, com vigência, em virtude de prorrogação, até 6/1/2029.”



Porto Alegre, 9 de fevereiro de 2026.

Edição n. 4195

Art. 3.º Este Ato entra em vigor a contar de sua publicação.**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 4 de fevereiro de 2026.**ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ**,
Procuradora-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

JOÃO RICARDO SANTOS TAVARES,
Promotor de Justiça,
Secretário-Geral.**BOLETIM N. 41/2026****O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:****REVOGAR**

- a Portaria n.º 116/2025/SUBJUR que designou o Dr. Carlos Eduardo Vieira da Cunha, para promover as tratativas de oferta de acordo de não persecução penal à apelante Alexsandra Borges Ferreira, nos autos do Processo n.º 5109305-63.2023.8.21.0001 (Port. 13/2026/SUBJUR).

DESIGNAR

- nos termos do disposto no inciso II do §6º do artigo 9º do Provimento 73 /2024-PGJ, o Procurador de Justiça, Dr. Ricardo Felix Herbstrieth, para promover as tratativas de oferta de acordo de não persecução penal à apelante Alexsandra Borges Ferreira, nos autos do processo n.º 5109305-63.2023.8.21.0001, oriundo da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça (Port. 14/2026/SUBJUR).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 9 de fevereiro de 2026.**RAQUEL ISOTTON**,Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS****BOLETIM N. 42/2026****O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:****DESIGNAR**

- pelo período de três (03) meses, a servidora AMANDA RAFAELA CAVALLIN, ID n.º 5127092, Técnica do Ministério Público, para, sem prejuízo das funções próprias do seu cargo, exercer as atividades correlatas à sua graduação superior em DIREITO, junto aos Gabinetes da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, concedendo-lhe a gratificação por Atividade de Nível Superior - GANS, no percentual de 25% do vencimento básico de seu cargo e classe (PGEA 01512.000.998/2025 – Port. 0152/2026/SUBADM).

NOMEAR

- LUANA MARQUES SCHNEIDER, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Promotor de Justiça I, CC-06, deste Órgão (PGEA 00789.000.024/2026 – Port. 0153/2026/SUBADM).

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 05/02/2026, no cargo em comissão de Assessor de Promotor de Justiça II, CC-06, ECHLLEI LUIZA DE ASSIS, tendo entrado em exercício em 06/02/2026.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 9 de fevereiro de 2026.**HERIBERTO ROOS MACIEL**,Procurador de Justiça,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**

Pregão Eletrônico n.º 02/2026 (PGEA n.º 02459.000.636/2025). **Critério de julgamento:** Menor preço por item. **Objeto:** Registro de preços visando à futura aquisição de insumos para impressoras *Kyocera P5021* e *P5026*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos. **Data horário de abertura das propostas:** 23/02/2026, às 13 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 23/02/2026, às 15 horas. **Local:** www.pregaobanrisul.com.br. **Editais disponíveis na página:** <https://www.mprs.mp.br/licitacao/> e www.pregaobanrisul.com.br. **Informações gerais:** licitacoes@mprs.mp.br. **Base legal:** Lei Federal n.º 14.133/2021.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 5 de fevereiro de 2026.**LEILA DENISE BOTTEGA RUSCHEL**,

Coordenadora da Unidade de Licitações, em substituição.





Porto Alegre, 9 de fevereiro de 2026.

Edição n. 4195

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.º 1/2026 - CAOCRIM

A COORDENADORA DO CAO CRIMINAL E DE ACOLHIMENTO ÀS VÍTIMAS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. **Nº DO PROCEDIMENTO:** 00720.000.161/2025. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Criminal de Bagé. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Pedro Santos Fernandes. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Criminal de Bagé. **OBJETO:** Processo TCE/RS 020810-0200/24-7 - Matéria: Representação - PM DE HULHA NEGRA. **INVESTIGADO(S):** MUNICÍPIO DE HULHA NEGRA. **LOCAL DO FATO:** Bagé. **CAO comunicado:** CAO CRIMINAL E DE ACOLHIMENTO ÀS VÍTIMAS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. **Nº DO PROCEDIMENTO:** 01658.000.806/2025. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Gabriela Cristina Silva e Deus. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul. **OBJETO:** Acompanhar as condições estruturais do Presídio de Caçapava do Sul, diante de possíveis riscos à integridade física de pessoas privadas de liberdade e servidores, em razão de telhados danificados, rede elétrica exposta e alagamentos que aumentam o risco de acidentes. **INVESTIGADO(S):** Não informado. **LOCAL DO FATO:** Caçapava do Sul. **CAO comunicado:** CAO CRIMINAL E DE ACOLHIMENTO ÀS VÍTIMAS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. **Nº DO PROCEDIMENTO:** 01754.000.916/2025. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Encantado. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Heráclito Mota Barreto Neto. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encantado. **OBJETO:** Apurar suposto mau uso dos valores arrecadados por meio de doações em favor das pessoas atingidas pelas enchentes no ano de 2024, por Luciane Gomes Barrônio, no Município de Muçum/RS. **INVESTIGADO(S):** Luciane Gomes Barrônio. **LOCAL DO FATO:** Muçum/RS. **CAO comunicado:** CAO CRIMINAL E DE ACOLHIMENTO ÀS VÍTIMAS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. **Nº DO PROCEDIMENTO:** 02587.000.673/2025. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Espaço Bem-Me-Quer Porto Alegre. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Carla Carrion Frós. **CLASSIFICAÇÃO:** Designação Excepcional - Carla Carrion Frós. **OBJETO:** Reunião com as profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS). **INVESTIGADO(S):** Não informado. **LOCAL DO FATO:** Porto Alegre/RS. **CAO comunicado:** CAO CRIMINAL E DE ACOLHIMENTO ÀS VÍTIMAS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 6 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRA MOURA BASTIAN DA CUNHA,

Coordenadora do CAO Criminal e de Acolhimento Às Vítimas.

**SÚMULAS DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES
PGEA 00021.000.237/2024**

TIPO DE INSTRUMENTO: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. **OBJETO:** O Acordo tem por finalidade ampliar e aprimorar, de modo expresse e efetivo, a articulação de parcerias entre os órgãos públicos e as entidades PARTICIPES, nas diversas esferas da Administração Pública com atuação no Estado do Rio Grande do Sul/RS mediante a formação de rede de âmbito estadual, e, adicionalmente, a interação da rede formada pelos signatários deste Acordo com a Rede de Controle da Gestão Pública, com a finalidade de desenvolver ações direcionadas à fiscalização da gestão pública, ao diagnóstico e combate à corrupção, ao incentivo e fortalecimento do controle social, ao tráfego de informações e documentos, ao intercâmbio de experiências e à capacitação dos seus quadros. **CONVENIENTE:** Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, Ministério Público Federal, Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Tribunal de Contas da União, Advocacia-Geral da União, Advocacia-Geral da União, Controladoria-Geral da União, Departamento de Polícia Federal, Receita Federal do Brasil, Polícia Rodoviária Federal, Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Secretaria da Casa Civil do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul, Ministério Público de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, Instituto-Geral de Perícias do Estado do Rio Grande do Sul, Superintendência dos Serviços Penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul, Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre, Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria de Porto Alegre. **VALOR DO REPASSE:** Não envolve a transferência de recursos financeiros.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 6 de fevereiro de 2026.

ISABEL GUARISE BARRIOS,

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.